

Edição 10
Gestão 2017-19
Março de 2019
Filiado à FASUBRA
assufop.com.br

jornal ASSUFOP

Jornal do Sindicato dos Trabalhadores Técnico-Administrativos da UFOP - ASSUFOP

RESISTIR À OFENSIVA DA EXTREMA DIREITA

Governo Bolsonaro mostra a que veio. Ataques de caráter ideológico contra trabalhadores e universidades avançam.

Ambiente favorece união dos sindicatos e suas bases contra investida autoritária. Vamos à luta!

Reforma da Previdência liquida direito à aposentadoria

Entenda a devastação dos seus direitos contida na proposta que desmonta a previdência pública | pág.8



MP 873: Bolsonaro declara guerra a sindicatos

Medida impede desconto automático da contribuição sindical voluntária; ASSUFOP obtém liminar que suspende efeitos da MP | pág. 12

▶ **Acesse o conteúdo do jornal no seu dispositivo móvel**

EDITORIAL

ENSINO OU HINO



Saltam aos olhos a obscenidade, a vulgaridade do cenário político brasileiro em pouquíssimo tempo de “administração”. O governo federal se mostra infantil. Bolsonaro e seus filhos alucinam numa fantasia que mescla banalização do mal, ódio ao diferente e bizarrices em redes sociais. Podemos dizer que o governo ainda se mantém porque não descontentou suficientemente o capital, fator principal que tem o poder vil de tutelar democracias pelo mundo.

Na mira desse amadorismo surreal está a classe trabalhadora, os sindicatos e as Instituições Federais de Ensino que tentam resistir diante de tanta sujeira. Reforma da previdência; interferência na gestão dos sindicatos; aiatolás à frente do MEC... Portanto, a palavra de ordem cada vez mais necessária é resistir para avançar, o medo paralisa. Não há tempo para temer, nem cair em chantagens da extrema direita covarde que resgata medidas do Brasil império para escravizar o povo brasileiro em defesa de uma elite atrasada, rancorosa. Apesar de tanta barbaridade, de certo modo, esperávamos esse tom do governo Bolsonaro.

O que nós não esperávamos era o aprofundamento da submissão da Reitoria da UFOP diante dos órgãos de controle do governo (CGU,TCU) e do MEC. Submissão essa que abandona os trabalhadores e os estudantes por agir sempre em conformidade com o desgoverno federal. Nunca foi tão necessário remendar a autonomia universitária, garantida pela carta magna - tantas vezes rasgada, e trabalhar com competência para que os impactos para os servidores e os alunos sejam os mínimos possíveis. Talvez a causa de tamanho desleixo com a UFOP seja o receio excessivo de processos judiciais (“é meu CPF que está em jogo”).

Citamos: hoje, medidas simples da administração são levadas para consultoria da AGU; a CGP se empenha para cortar direitos dos técnicos-administrativos; não há mais manutenção na UFOP (ar condicionado quebrado, teto com vazamento; elevador pifado; estufas paradas etc); o COMHUR só voltou após notificação à Reitoria; corte dos adicionais ocupacionais abruptamente; privatização do RU. Além disso, apesar dos esforços da Comissão, temos a destruição das 30 horas - a administração poderia bancar a não compensação das horas pela autonomia e não colocar requisitos que impossibilitam a adesão a tal conquista; fim da capacitação; TAEs perdendo cargos na administração, entre tantos outros.

Quem comanda a caneta da mão trêmula da UFOP é o governo Bolsonaro. Resistir significa arriscar-se e, assim, restam duas escolhas para esta administração: estar a favor daquilo que realmente importa na Universidade – estudante, técnico, docente; ensino, pesquisa e extensão de qualidade; ou assumir de vez essa postura ultrajante de implantar medidas insanas do governo da extrema direita brasileira que trucidada o trabalhador e a educação pública, gratuita. Para essa situação, não há meio termo.

É momento de convocar toda a comunidade, fazer a Frente UFOP de fato funcionar, discutir o que queremos e criar uma resistência unificada ao governo, forte e que envolva todos os aspectos do universo acadêmico. Mas, caso os órgãos do Executivo continuem falando mais alto na UFOP, não será surpresa para ninguém ouvir repetitivamente o hino nacional nos corredores da Universidade.

EXPEDIENTE ▀

Jornal do Sindicato dos Trabalhadores Técnico-administrativos da UFOP - ASSUFOP. Gestão 2017/2019 | **Presidente:** Sérgio Neves, **Vice-presidente:** Felipe da Fonseca Martins; **1º Secretário:** Gemirson de Paula dos Reis; **1º Tesoureiro:** Geraldo Aureliano Maurílio; **2º Tesoureiro:** Agnaldo Antônio da Conceição; **Diretores Sindicais:** Pedro Alexandre de Paula; Tatiana Hundrel Silva; **Diretores de Assistência:** Luciana Santos e Lourival Nunes; **Diretor de Imprensa e Divulgação:** Thiago Caldeira; **Diretor de Cultura e Esporte:** Vicente Cândido | **Jornalista Responsável:** César Diab (MG 0018885 JP) | Endereço eletrônico: www.assufop.com.br | Contato: assufopcomunica@gmail.com | Endereço: Diogo de Vasconcelos, 408, Estação - Ouro Preto, MG. CEP 35400-000 | Tiragem: 1.000 exemplares | Impressão: Sempre Editora Ltda. | Distribuição gratuita. *Todo conteúdo deste informativo é de responsabilidade da Direção do Sindicato ASSUFOP.*

Administração da UFOP e diretores do ASSUFOP se reúnem para tratar da privatização do RU.

Os diretores do ASSUFOP, Sérgio Neves e Vicente de Paula, juntamente com o representante da ADUFOP, Joaquim Toledo, se reuniram no dia 27/02 com a Reitora, Cláudia Marlière, o Vice-Reitor, Hermínio Naline, o Pró-Reitor Adjunto de Planejamento e Desenvolvimento, Máximo Martins, a Pró-Reitora Adjunta de Assuntos Comunitários e Estudantis, Sabrina Magalhães e a coordenadora do Restaurante Universitário, Judith Gomes.

A reunião tratou da privatização dos restaurantes universitários (Rus) dos campi de Ouro Preto e Mariana. Representantes da administração da UFOP justificaram a privatização devido à falta de concursos para novos servidores para os restaurantes, pois muitos trabalhadores se aposentaram e cargos foram extintos. Informaram também que o valor da refeição para os servidores passará de R\$5,00 para R\$6,10 (22%). Os estudantes continuarão a pagar R\$3,00 pela bandeja. Foi informado

pelos representantes da administração que o preço das refeições com a terceirização seria de R\$10,80. Porém, com o processo de licitação, a UFOP conseguiu reduzir esse valor para R\$ 6,10.

De acordo com Judith Gomes, os profissionais de nutrição da UFOP acompanharão os trabalhos da empresa contratada. Além disso, a coordenação do RU fiscalizará o serviços.

Ainda conforme a administração, a empresa contratada por licitação, Nutrir Refeições, utilizará a cozinha e os equipamentos da UFOP e será responsável pela de compra de insumos, preparação e distribuição das refeições, limpeza e manutenção dos equipamentos.

O presidente do Sindicato ASSUFOP, Sérgio Neves, se manifestou contrário à medida, pois enxerga que a privatização dos restaurantes a UFOP implica numa perda de autonomia da gestão da Universidade. Acrescentou ainda que a empresa utilizará uma estrutura

pronta que a UFOP construiu e, portanto, levará uma vantagem significativa no processo. Sérgio disse que, mesmo o reajuste de R\$1,10 na bandeja seja menor do que foi projetado, trata-se de um custo a mais para o TAE, que já acumula perdas salariais ao longo dos últimos 10 anos.

Além disso, o presidente do ASSUFOP destacou a exploração da força de trabalho dos terceirizados. “A privatização significa também, em termos claros, precarização da mão de obra do trabalhador. Ou seja, os profissionais que trabalharão no restaurante poderão ser alvos de perseguições, opressões e assédios por parte da empresa contratada, sem qualquer plano de carreira, ou proteção trabalhista. Muitas vezes recebem salários atrasados, isso quando recebem”, afirmou.

No campus de João Monlevade o Restaurante Universitário já é terceirizado. A previsão para que os restaurantes retornem os trabalhos é no início do semestre letivo, em março.



ASSUFOP ingressa com ação na Justiça para garantir adicionais ocupacionais.



Assessor Jurídico do ASSUFOP se reúne com associados prejudicados pelo corte (foto: ASSUFOP).

A assessoria jurídica do ASSUFOP ingressou uma ação judicial para garantir o pagamento do adicional de insalubridade e periculosidade aos servidores TAEs da UFOP afetados com a suspensão.

Entenda

O anúncio do corte do pagamento do adicional ocorreu devido à divulgação da Nota Informativa nº 17689/2018-MP do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. O documento trata da “Migração das informações do processo de concessão dos adicionais ocupacionais registradas no SIAPE para o Módulo disponível no SIAPE SAÚDE”. O documento dispõe sobre o fim do prazo em dezembro de 2018 para que os órgãos e entidades da Administração Pública Federal realizassem a migração das informações relativas às concessões do pagamento do adicional, sob pena de suspensão do pagamento.

A assessoria jurídica do ASSUFOP ingressou na Justiça questionando a legalidade da medida, pois o pagamento do adicional somente

poderia ser interrompido caso fosse comprovado, através de novo laudo pericial, que a exposição aos agentes insalubres deixou de existir.

O número para acompanhamento do andamento do mesmo é: **1000 267 03 2019 401 38 22**. O assessor jurídico do ASSUFOP, Dr. Marcelo Aroeira, se reuniu na tarde desta quarta-feira (13) com os TAEs afetados pelo corte feito pela UFOP em janeiro deste ano dos adicionais ocupacionais – insalubridade e periculosidade.

Cerca de 30 pessoas participaram da conversa que tirou dúvidas dos afetados sobre tal corte, bem como esclareceu a ação judicial preparada pela assessoria jurídica do Sindicato para garantir o pagamento do adicional aos trabalhadores.

Antes de entrar com o processo na justiça, a assessoria do ASSUFOP notificou a Universidade, chamando atenção para a arbitrariedade do corte. No entanto, a UFOP não respondeu a notificação. Sendo assim, o Dr. Marcelo ingressou um mandado de segurança na Justiça Federal para garantir o pagamento dos adicionais futuros e retroativos. A expectativa é de que nos

próximos dias já se tenha um parecer da justiça.

O advogado Dr. Marcelo sublinhou que seu escritório já ganhou processos semelhantes para os trabalhadores da UFLA e da FUNASA. Disse também que o corte dos adicionais ocupacionais está ocorrendo em todas as Instituições Federais de Ensino Superior, pois o governo a fim de enxugar as “despesas” transfere o ônus e a culpa da dita crise para o servidor público federal.

Para o presidente do ASSUFOP, Sérgio Neves, o diálogo foi positivo tanto para a direção quanto para a base da entidade. “Foi boa a presença da nossa assessoria neste dia porque conseguiu esclarecer toda situação, além de mostrar que a decisão do governo de cortar os adicionais é totalmente ilegal. Vale lembrar que o trabalhador não pode ser penalizado pela migração de um sistema cuja responsabilidade é da Instituição. O servidor não tem envolvimento nesse quesito. Estamos acompanhando de perto o processo e muito em breve acredito que teremos uma notícia boa para os servidores”, ressalta.

São Paulo: Assembleia Nacional dos Trabalhadores organiza luta contra a reforma de Bolsonaro



Assembleia Nacional dos Trabalhadores concentrou entidades de trabalhadores de diversos segmentos (foto:ASSUFOP)

No mesmo momento em que o Executivo entregava ao Congresso a proposta de reforma da previdência, trabalhadores de vários lugares do país representados por diversas entidades sindicais se reuniram na Praça da Sé, em São Paulo-SP, para firmar um plano de luta e resistência unificada contra a devastação das aposentadorias lançada pelo governo federal.

Trata-se da Assembleia Nacional da Classe Trabalhadora contra o fim das aposentadorias, ocorrida no dia 20/02 na Praça da Sé, em São Paulo, que aprovou um calendário de lutas e mobilizações nos locais de trabalho e nos bairros de todos os municípios do País.

O diretor de comunicação do ASSUFOP, Thiago Caldeira, esteve na Assembleia Nacional e avalia positivamente a organização do evento: “Cerca de 5 mil pessoas estiveram presentes, de vários lugares do país que deu o tom representativo da assembleia. Entidades de diversos tipos de trabalho: petrolei-

ros, professores, bancários, trabalhadores rurais etc. Assembleia foi objetiva e direta. A impressão que ficou foi de que os trabalhadores não estão acomodados e que haverá resistência contra as medidas neoliberais do Bolsonaro”, salientou.

O encontro firmou uma unidade das centrais sindicais – Força Sindical, CTB, Intersindical, Nova Central, CGTB, CSP-Conlutas e CSB – bem como federações de trabalhadores tanto da iniciativa pública – como a FASUBRA – e da iniciativa privada. O calendário de lutas aprovado foi responsável pela forte mobilização na Greve das Mulheres, no dia 8 de março; e projetou a realização de atos públicos pelos sindicatos; a promoção de debates locais em defesa da previdência; a mobilização e conscientização nos locais de trabalho, escolas e nos municípios do País.

Preparação para Greve Geral – com informações da CSP-Conlutas

Ao longo do ato, dirigentes e

trabalhadores de várias entidades falaram de cima do caminhão de som que ocupou a frente da Catedral da Sé. A gravidade da proposta de reforma da Previdência, bem como os ataques do governo Bolsonaro já nos primeiros dias de mandato foram denunciados por todos. O integrante da Secretaria Executiva Nacional da CSP-Conlutas Atnágoras Lopes falou em nome da central. O dirigente iniciou lembrando que a unidade das centrais, baseada na mobilização dos trabalhadores, construiu a Greve Geral, em abril de 2017, que foi fundamental para enterrar a proposta de reforma de Temer, e que agora isso novamente se faz necessário.

“Hoje, estamos vendo essa unidade se repetir e, no momento em que esse governo de ultradireita quer impor um ataque ainda pior, essa assembleia nacional tem o desafio de apontar o início da construção de um dia nacional de lutas, rumo a uma nova Greve Geral no país”, afirmou.

“A maioria dos trabalhadores, independente de quem votou, não concor-

da em piorar a sua aposentadoria. É tarefa da direção das centrais sindicais e das direções do movimento encabeçar essa luta. Precisamos construir comitês de luta nos estados, locais de trabalho e moradia e organizar a mobilização”, defendeu.

O presidente da CUT Vagner Freitas afirmou que a proposta apresentada por Bolsonaro hoje não é uma reforma, mas sim o fim da Previdência Social e do direito à aposentadoria, ressaltando ainda que os verdadeiros privilegiados, os políticos e a alta cúpula militar, não serão afetados.

“Todos estão sendo prejudicados com essa reforma, quem já está no mercado de trabalho e quem vai entrar. Por isso, trabalhadores, procurem os seus sindicatos, opinem, ajudem a construir a luta. Faremos o que for preciso para barrar a reforma, mas precisamos construir isso coletivamente. Participe, crie comitê de resistência no seu bairro, nas escolas, associa-

ções, onde for preciso. Procure o sindicato e vamos construir a luta”.

Dois fatos que chocaram nesse início de ano, o crime da mineradora Vale em Brumadinho (MG) e o anúncio do fechamento da fábrica da Ford em São Bernardo do Campo (SP) também foram destacados por vários dirigentes.

O presidente da Confederação Nacional dos Metalúrgicos, da Força Sindical, Miguel Torres destacou que o ato desta quarta é só o início da jornada de mobilização contra a reforma. “Se depender deles o futuro dos trabalhadores será a carteira de trabalho verde e amarela sem direitos trabalhistas e sem aposentadoria”, afirmou.

Proposta de fim da previdência está no Congresso - com informações da CUT (cut.org.br)

O texto da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da reforma da Previdência entregue por Bolsonaro na manhã desta quarta-feira (20) ao presidente da Câmara dos Deputados, Arthur

Mais (DEM), confirma vários itens que já haviam sido vazados para a imprensa na última semana, entre eles, o fim da aposentadoria por tempo de contribuição e implementação da obrigatoriedade de idade mínima para aposentadoria de 65 anos para os homens e 62 para as mulheres.

Também estão confirmadas a transição de dez a doze anos, menor do que a proposta pelo ilegítimo ex-presidente Michel Temer, que era de 20 anos; e que as mudanças afetarão igualmente os trabalhadores e trabalhadores da iniciativa privada, vinculados ao Regime Geral da Previdência Social (RGSP) e os servidores públicos, vinculados ao Regime Próprio de Previdência Social (RPPS).

A capitalização e as mudanças na lei da aposentadoria dos militares podem ser entregues em 30 dias, segundo membros do governo.



Diretor do ASSUFOP, Thiago Caldeira, participou da mobilização na praça da Sé, em São Paulo-SP (fotos: ASSUFOP).

Em São Paulo, trabalhadores e estudantes lançam Fórum pelos direitos e liberdades democráticas

Na noite do dia 19/02, no Auditório da Apeoesp, em São Paulo-SP, aconteceu o Ato de Lançamento do Fórum Sindical, Popular e de Juventudes pelos Direitos e Liberdades Democráticas. O diretor de comunicação do ASSUFOP, Thiago Caldeira, acompanhou o lançamento que aglutinou lideranças sindicais de diversos setores de todo Brasil. Durante a plenária da FASUBRA e também na reunião do FONASEFE, nos dias 15, 15 e 16/02, foi deliberada a participação de representantes dos sindicatos filiados da base, no lançamento do Fórum.

O Fórum Sindical, Popular e da Juventude de Lutas Por Direitos e Liberdades Democráticas tem por ideia aglutinar partidos políticos de esquerda, entidades sindicais, estudantes, movimentos sociais, populares, de lutas contra as opressões etc., para construir a mais ampla unidade de ação contra as medidas antipovo de Jair Bolsonaro, em especial a reforma da previdência que será apresentada pelo Executivo nos próximos dias.

Trabalhadores representando várias entidades sindicais do país se manifestaram durante o evento, frisando a solidariedade entre as correntes partidárias; a importância da construção do Fórum enquanto unidade de luta e resistência pelos direitos da classe trabalhadora.

Para tanto, o Fórum sublinhou temas de luta em comum como os prejuízos da reforma da previdência; o avanço acelerado da retirada dos direitos trabalhistas; questões como a conscientização da importância dos serviços públicos nas cidades do interior do país e de como os pequenos comerciantes que serão diretamente afetados com a reforma da previdência. Questões políticas também foram destacadas como a não representatividade popular do novo (velho) congresso nacional, composto por 52% de milionários.

O dia 8 de março foi uma das primeiras ações do Fórum que, destacando o Dia Internacional da Mulher, denunciou o massacre diário sofrido pelas mulheres brasileiras e o machismo genocida que assombra e

ecoa entre os homens. Com o semblante de Marielle Franco, mulheres de todo país foram às ruas reivindicar mais direitos, o fim da reforma da previdência que desqualifica o trabalho feminino, punição mais rígidas às diversas formas de agressão entre outros.

A Frente tem como foco inicial os seguintes eixos de ação: defesa dos direitos trabalhistas e contra o fim do Ministério do Trabalho; defesa da previdência pública e universal; defesa da educação e da saúde públicas, gratuitas e de qualidade; defesa da política de igualdade racial, de gênero e respeito à diversidade sexual; defesa das liberdades democráticas; defesa da reforma urbana e agrária; contra a criminalização dos movimentos sociais; pela revogação da EC 95/2016; Em defesa do emprego, salário e moradia; defesa do setor público estatal e contra as privatizações; pela liberdade de ensinar e de aprender, em defesa da autonomia das instituições.



Reforma da previdência de Bolsonaro é criminosa!

Caso a proposta seja aprovada no Congresso, servidores públicos federais trabalharão muito mais e ganharão muito menos. Mobilização já!



Pelas regras atuais, os homens se aposentam com 60 anos com, no mínimo, 35 anos de contribuição e as mulheres com 55 anos e 35 de contribuição. O teto é igual o do Regime Geral de Previdência Social (RGPS), de R\$ 5.839,46, de acordo com o que estabelece a Emenda Constitucional 41, de 2003, que alterou o cálculo dos benefícios dos servidores públicos. Desde a reforma, os trabalhadores que ingressaram no serviço público não recebem mais o salário integral da ativa quando se aposentam. O benefício do servidor aposentado passou a ser calculado de acordo com a média de sua contribuição a um fundo de previdência.

A proposta de Bolsonaro quer estabelecer a idade mínima de 65 anos para homens e 62 anos para as mulheres e tempo mínimo de contribuição de 25 anos para que os servidores tenham acesso a 60% do salário benefício de aposentadoria. Para receber o valor integral, os servidores terão de contribuir por pelo menos 40 anos. As regras valem para servidores federais, estaduais e municipais.

Desigualdade entre homens e mulheres

As alterações propostas por Bolsonaro significam que uma traba-

lhadora do serviço público, que trabalha, em média, 7,5 horas a mais do que os homens por semana devido à dupla jornada, que inclui tarefas domésticas e trabalho remunerado, terá de trabalhar pelo menos mais sete anos para atingir a idade mínima obrigatória (62 anos), além de contribuir por mais cinco anos para ter acesso ao benefício integral.

No caso dos homens, eles terão de trabalhar cinco anos a mais para alcançar a idade mínima de (65 anos) e contribuir também por mais cinco anos para atingir a obrigatoriedade dos 40 anos de contribuição para receber a aposentadoria integral.

Descontos para a previdência dos servidores federais podem dobrar

Se a proposta de reforma da Previdência de Bolsonaro for aprovada pelo Congresso Nacional, além de idade mínima maior e mais tempo de contribuição, os servidores federais terão descontados em seus contracheques alíquotas de contribuição à Previdência maiores do que os trabalhadores da iniciativa privada, podendo chegar a 22%. Hoje o desconto é a metade desse índice, 11%.

A alíquota dos servidores públicos começará em 7,5% para os

que ganham até um salário mínimo. No caso dos que ganham mais de R\$ 39 mil a alíquota pode chegar a 22%.

De acordo com a PEC, as novas alíquotas serão:

. de 11,68% a 12,86% para os salários de R\$ 5.839,46 a R\$ 10.000,00;

. de 12,86% a 14,68%, até R\$ 20 mil;

. de 14,68% a 16,79%, até R\$ 39 mil;

. alíquota poderá chegar a 22% para os que ganham mais que R\$ 39 mil.

Mudanças nas alíquotas afetam também servidores municipais e estaduais

No caso dos servidores estaduais e municipais, como professores, serventes escolares, profissionais da saúde, da assistência social, do meio ambiente e da infraestrutura, Bolsonaro quer propor a obrigatoriedade de estados e municípios que registrem déficit nos regimes de Previdência elevarem as alíquotas de contribuição dos servidores para, no mínimo, 14% - em um período de até 180 dias -, esse índice pode chegar a 19%.



#FAKENEWS: SEM A REFORMA



O BRASIL VAI QUEBRAR

NA VERDADE... Ministério da Fazenda revelou que o Regime Geral de Previdência Social deixou de arrecadar R\$57,7 bilhões com isenções e renúncias fiscais no ano passado. Em 10 anos, essas renúncias superarão a economia pretendida com a reforma no mesmo período. Em linhas gerais, para o governo é mais cômodo retirar direitos da classe trabalhadora do que mexer nas regalias do baronato brasileiro.



#FAKENEWS: SERVIDORES PÚBLICOS CONTRIBUEM POUCO

NA VERDADE... todos os servidores públicos que ingressaram antes de 2013 contribuem com 11% do total de sua remuneração e continuam contribuindo depois da aposentadoria. A contribuição máxima do setor privado é de R\$ 608,44, independentemente do valor do salário.



#FAKENEWS: SEM A REFORMA



NÃO HAVERÁ DINHEIRO PARA SAÚDE OU EDUCAÇÃO

NA VERDADE... por meio da MP 795/17, o governo abriu mão, até 2040, de R\$ 980 bilhões em favor das petrolíferas, valor maior que o dobro dos R\$ 476 bilhões que o governo pretende economizar com a Reforma da Previdência.



#FAKENEWS: SERVIDORES PÚBLICOS SE APOSENTAM CEDO

NA VERDADE... desde 1998, servidores têm que ter idade mínima para se aposentar (60 anos para homens e 55 para mulheres). Apesar de ser 5 anos menor que o exigido no regime geral, o tempo de contribuição dos servidores é muito maior: 35 anos (homens) e 30 (mulheres). No regime geral, a contribuição é de 15 anos.

4 MOTIVOS PARA SE ENGAJAR NA LUTA FEMINISTA

MULHERES GANHAM 20,5% A MENOS QUE HOMENS

Os números mostraram que as mulheres entre 25 e 49 anos receberam um salário médio mensal de 2.050 reais em 2018, o equivalente a 79,5 por cento da média masculina de 2.579 reais.

BRASIL É O QUINTO LUGAR EM ASSASSINATO DE MULHERES

O Brasil ocupa a 5ª posição no ranking global de homicídios de mulheres, entre 83 países elencados pela Organização das Nações Unidas (ONU), atrás apenas de El Salvador, Colômbia, Guatemala e Rússia.

LUGAR DE MULHER É NA POLÍTICA

O Brasil tem uma das taxas mais baixas no mundo de presença das mulheres no Congresso Nacional. De acordo com dados da União Interparlamentar, as mulheres no mundo são 22,6% dos representantes do povo no Poder Legislativo. No nosso país elas são apenas 8,6%.

MILHÕES DE MENINAS NUNCA TERÃO A CHANCE DE ENTRAR NUMA SALA DE AULA

Quase 16 milhões de meninas entre seis e 11 anos de idade nunca terão a chance de aprender a ler ou a escrever. O total é o dobro na comparação com os meninos. Este é o principal dado de um atlas sobre desigualdade de gênero na educação, lançado pela Unesco, em antecipação ao Dia Internacional da Mulher.

FONTE: AGENCIA BRASILEIRA DE COMUNICAÇÃO

Sindicato ASSUFOP obtém liminar suspendendo os efeitos MP 873/2019

Com a medida, governo Bolsonaro declara guerra a sindicatos e rasga constituição; entenda:

A medida provisória do governo Bolsonaro que proíbe sindicatos de descontar a contribuição sindical diretamente no salário dos trabalhadores foi apresentada na surdina, na véspera do feriado de carnaval. Segundo a MP 873, o pagamento só poderá ser feito via boleto bancário. Sindicatos de todo o Brasil estão se mobilizando na Justiça e no Congresso para reverter a medida, considerada inconstitucional. A MP tem validade de 120 dias, até ser aprovada ou rejeitada em votação no Congresso Nacional.

No regime privado a contribuição ou imposto sindical, correspondente a um dia de trabalho, tem cobrança anual, mas deixou de ser obrigatório com a entrada em vigor da Lei 13.467, de "reforma" trabalhista. Outras formas de contribuição podem ser aprovadas em assembleias, além da mensalidades, restritas aos sócios.

No caso da mensalidade sindical, como no ASSUFOP, por exemplo, o empregador já recebe uma autorização "expressa e individual" do funcionário para efetuar o desconto. "Quando você inclui um custo, pode estar maculando a própria liberdade individual do empregado", disse o procurador João Hilário Valentim - coordenador nacional de Promoção da Liberdade Sindical do MPT - em reportagem veiculada pelo portal Rede Brasil Atual. O representante do MPT ainda vê ainda uma possível ofensiva ao princípio da igualdade, ou isonomia de tratamento, já que existem outras modalidades comuns de desconto em folha, como empréstimos financeiros, convênios e planos médicos.

ASSUFOP consegue liminar

O Juiz Federal Marcos Padula Coelho, da Vara Federal Cível e Criminal da SSJ de Ponte Nova-MG,



Autoria: Kayser | Charge disponível em: <http://blogdokayser.blogspot.com/>

deferiu na última sexta-feira (15) a liminar requerida pela assessoria jurídica do ASSUFOP em processo movido pelo mesmo, para suspender os efeitos da Medida Provisória nº. 873 de 1º de março de 2019, que proibiu a realização de desconto em folha de pagamento para fins de recolhimento de mensalidades sindicais, da contribuição confederativa e de contribuições facultativas previstas em estatuto ou instrumento coletivo.

Com a MP, o Poder Executivo quis desmobilizar o movimento sindical às vésperas da votação da reforma da previdência, sem submeter a matéria a prévio diálogo com a sociedade e as entidades interessadas, adotando instrumento legislativo impróprio para a discussão a respeito das prerrogativas sindicais.

O Juiz Marcos Padula Coelho deferiu liminarmente o requerimento de tutela antecipada apresentado pelo ASSUFOP no processo nº.1000512-14.2019.4.01.3822, “defiro pedido de tutela de urgência para suspender os efeitos da Medida Provisória nº

873/2019 e, por conseguinte, determinar que a UFOP mantenha os descontos em folha de pagamento de todas as contribuições devidas ao sindicato-autor por seus membros, nos termos do art. 240, “c”, da Lei nº 8.112/1990.

Na decisão, o Juiz diz também: (...)Enfim, os princípios da liberdade de associação e da independência do sindicato em relação ao Estado, ambos com assento na Constituição da República, não autorizam a edição de lei (em sentido amplo) que prescreva a maneira como os filiados devam exteriorizar suas decisões/votos e o modo pelo qual as contribuições devam ser exigidas. Por essas razões, afastado a aplicação da Medida Provisória nº 873 à contribuição sindical, à contribuição oriunda de negociação coletiva, à contribuição prevista em estatuto e à mensalidade sindical”.

O plenário do STF julgará a MP 873 após ações de inconstitucionalidade. Enquanto isso, outros sindicatos também estão ganhando na Justiça Federal liminares para manter a contribuição, como é o caso do Sintufrrj.